

## ENTIDADES RURAIS PATRONAIS E O IPNRA

Irene Spies Adamy\*

**Resumo:** A disputa em torno do projeto de reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte foi marcada pela atuação de entidades representativas da classe dominante agrária, que tiveram na União Democrática Ruralista sua expressão nacional. Atuando tanto ao nível da sociedade civil quanto no âmbito da sociedade política, e por vezes fazendo uso da violência, conseguiram manter intocado, salvo em alguns aspectos específicos, o privilégio do direito sobre a propriedade da terra no Brasil.

**Palavras chave:** Terra, Poder, Hegemonia.

**Abstract:** The contest involving the Agrarian Reformation Project in Brazilian National Constitution Assembly was marked by the influence of the agrarian dominant class whose representatives were from Democratic Ruralists Union. This entity was able to influence both ordinary people and politicians. Sometimes using violent means, they managed to maintain their privileges. With a few exceptions, they guaranteed their rights as lands owners in Brazil.

**Keywords:** Land, Power, Hegemony.

As pesquisas sobre a questão agrária no Brasil têm privilegiado o estudo sobre a luta pela terra a partir do campo dos “excluídos da terra”, destacando a formação e a organização do MST, suas estratégias de ação e seus discursos, sua relação com o Estado e as propostas relativas à formação política e ao seu projeto de Educação. Também as políticas de Estado e a legislação fundiária têm sido objeto daqueles que procuram compreender as relações que permeiam a luta pela terra. Todas estas abordagens são de significativa importância, tanto para a historiografia quanto para a compreensão da realidade social brasileira.

Porém, buscar compreender como determinadas frações da classe dominante se organizam na sociedade civil, disputam e conseguem garantir nela sua presença hegemônica e como inscrevem suas demandas junto à sociedade política, é de grande importância para a compreensão das relações de poder que permeiam a sociedade, a fim de que nelas se possa interferir, alterando a correlação de forças e construindo um projeto contra-hegemônico. “Se não procurarmos conhecer quais as estratégias do patronato rural, dificilmente conseguiremos visualizar a ordem do poder e da dominação na sua totalidade”.(BRUNO, 1997:16).

É neste sentido que este texto se propõe a analisar as ações da Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), entidade representativa dos grandes proprietários rurais da região,

---

\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

sua articulação com o Sindicato Rural Patronal de Cascavel e com a União Democrática Ruralista (UDR), em especial no período da “Abertura Política” e da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, onde esteve em discussão e votação do I Plano Nacional de Reforma Agrária. O que motivou este estudo foi a presença efetiva que estas entidades tiveram naquele momento decisivo da história nacional e regional, posicionando-se em defesa da propriedade privada, contra a reforma agrária, desqualificando os trabalhadores rurais sem terra e o MST, além de reivindicar linhas de crédito agrícola e políticas de preços favoráveis.

A ocupação da terra na região oeste do Paraná é apresentada pela historiografia, como exemplo de organização e “profissionalismo” pois teria sido empreendida, e planejada por empresas colonizadoras e baseada em pequenas e médias propriedades, cuja titulação legal seria garantida. Porém, o município de Cascavel tem sua história marcada por conflitos que envolvem a luta pela terra. As ações de posseiros, jagunços, grileiros e milícias rurais também inscrevem capítulos nesta história onde os grandes proprietários rurais têm mantido seus privilégios. A constituição e manutenção de latifúndios no município de Cascavel estão ligadas, portanto, à política de ocupação da terra, às ações do Estado a fim de legalizar e legitimar esse processo e às transformações produzidas na economia regional, bem como à construção e difusão de um conjunto de valores e concepções de propriedade.

Se o domínio de grandes propriedades por um pequeno número de famílias foi fundamental para o estabelecimento de seu domínio político, a sua organização na sociedade civil e a sua articulação com o poder político regional e estadual, também foi determinante. A formação de uma “Bancada Ruralista” na Assembléia Legislativa do Estado e também no Congresso Nacional, a ocupação de cargos estratégicos na administração pública e de entidades privadas, bem como o controle, pela propriedade, dos mais importantes meios de comunicação regionais, são expressões desta organização da fração rural da classe dominante do Oeste do Paraná.

Nos anos 60 e 70, a região Oeste do Paraná foi integrada no contexto da “modernização” da agricultura brasileira, da constituição dos complexos agroindustriais e da inserção do campo brasileiro nas relações capitalistas de produção, reorganizando as relações políticas que darão direcionamento e sustentação a esta modernização, intensificando os conflitos agrários e o fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores rurais na luta pela democratização do acesso à terra, entre eles o MST.

Segundo Regina Bruno:

*A luta pela terra no Brasil desvenda os impasses e as contradições do processo de modernização agrícola e a incoerência de uma política agrícola que priorizou o crédito, o mercado e a grande empresa capitalista e secundarizou a democratização da estrutura de posse e uso da terra. (BRUNO, 1997: XIV);*

A política de “modernização” da agricultura implantada pelos governos militares durante as décadas de 1960 e 1970 constituiu-se, na prática, não apenas pela introdução de novas tecnologias na produção agrícola. Representou o conjunto de novas relações sociais, econômicas e políticas uma vez que contribuiu diretamente no processo de intensificação da concentração da propriedade da terra, pela expropriação de um número crescente de pequenos proprietários, pela exclusão de arrendatários, e assalariados do campo, fortalecendo novos segmentos da classe dominante agrária, sobretudo aqueles ligados aos complexos agro-industriais. Modernizar a agricultura significava para estes segmentos e também para o governo, alterar a estrutura fundiária do país, ainda pautada no latifúndio, e o Estatuto da Terra veio para propor estas mudanças.

Se a intencionalidade do governo Castelo Branco era de “modernizar a economia brasileira”, entendia também que ela era incompatível com o grande latifúndio improdutivo que dominava o país. Para enfrentar esta situação, apresentou o Estatuto da Terra. Mas as entidades representativas dos grandes proprietários, de imediato reagiu, criticando ou apoiando o governo e a sua proposta de reforma agrária, buscando interferir diretamente no processo de discussão em curso, a exemplo da SNA (Sociedade Nacional de Agricultura) e SRB (Sociedade Rural Brasileira).

Segundo Mendonça:

*A SRB encabeçaria dura campanha contrária ao Plano, atacando frontalmente as “forças demoníacas” que o haviam concebido, tendo por essência o argumento segundo o qual a Reforma Agrária, sem a precedência de uma Reforma Agrícola, seria de todo inócua e ineficaz, esvaziando os mecanismos do PNRA mediante a argüição de sua incorreção de princípios, já que a estrutura fundiária concentrada não se devia aos proprietários, mas sim à própria “história” do país. Ou seja, a desqualificação do Plano e de seus mentores foi a principal estratégia utilizada para tentar transformá-lo numa mera “demagogia eleitoreira”. A entidade defenderia, ferreamente, o “sagrado direito à propriedade”, diferindo da SNA que, bem ou mal, admitia, ao menos no plano discursivo, a necessidade de algum distributivismo agrário, aproximando-se das forças governistas do momento. (MENDONÇA, PPGH-UFF);*

As discussões que retomam a problemática da estrutura fundiária no país, ocorrem no momento de desgaste das relações políticas e sociais e do modelo econômico que haviam dado sustentação ao regime civil militar no Brasil. A crise na agricultura, o desemprego, a inflação, o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e também no campo são indicativos de que uma nova correlação de forças estava se constituindo.

Os movimentos ligados à luta pela democratização do acesso à terra retomam dinamicidade a nível nacional e regional com o surgimento do MST.

Segundo BRENNEISEN, o MST surgiu da reorganização de vários movimentos regionalizados de trabalhadores rurais e também “da política de modernização agrícola adotada pelos governos militares nas décadas de 1960 e 1970 que promoveu a concentração da terra e expropriação de proprietários, arrendatários e assalariados do campo”. (BRENNENSEIN, 2004:39);

A unificação de todas estas lutas e dos movimentos organizados de trabalhadores rurais no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ocorreu em 1984, no município de Cascavel, no Oeste do Paraná. Naquele contexto, trabalhadores realizaram atos públicos e entregaram documentos com suas reivindicações ao governo estadual. Suas ações mais concretas passaram a ser a ocupação de terras improdutivas, a fim de denunciar o latifúndio e chamar a atenção da opinião pública para suas reivindicações. A primeira ocupação ocorreu na Fazenda Anoni, no município de Marmeleiro, sendo seguido por várias outras no Paraná.

Com a fundação do MST, a necessidade da reforma agrária entre em debate com intensidade cada vez maior e a dimensão nacional do Movimento ocorre em meio às disputas pela definição de um Plano Nacional de Reforma Agrária para o país e de uma postura mais efetiva contra o latifúndio e contra o Estado.

As discussões acerca da necessidade de reforma agrária no país e na região ocuparam espaço em diferentes meios de comunicação, não havendo, no entanto, consenso em torno dos critérios que deveriam nortear o processo. O Jornal Hoje de Cascavel defendia a necessidade de uma reformulação na estrutura fundiária do país “para que o meio rural possa contribuir com a dupla face da questão do campo, que é a redenção social de seus trabalhadores e a ampliação da oferta de alimentos ao mercado interno”. (Hoje, 21 a 27/11/81)

Porém, Dionísio Bosquioli, presidente do Núcleo Regional dos Sindicatos Rurais Patronais e membro do Conselho Consultivo da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, responsabilizava a “política oficial divorciada da realidade” pela revolta dos produtores, pela fome, desânimo e descrédito no futuro da agricultura.

Fazendo referência ao Estatuto da Terra, reivindicava preços mínimos compatíveis com o custo de produção e as necessidades da agricultura, ao mesmo tempo em que protestava contra a falta de incentivos governamentais para a pecuária, e o alto custo dos alimentos para o consumidor. Destacou também a importância da produção agrícola como geradora de divisas para pagamento da dívida externa:

*É difícil compreender os motivos pelos quais um país como o Brasil, necessitado de divisas para saldar suas dívidas no exterior, com uma população mal alimentada e a alta inflação, deixa de prestigiar a agropecuária, única esperança que nos resta para sacar esta nação desta crise econômica, que tem tirado o sono de milhões de famílias brasileiras. (Hoje, 1981: 08 -14/08);*

Apontando problemas, indicando os “culpados”, defende que a saída para a forte crise pela qual passava a economia brasileira estava na valorização do setor agropecuário, que segundo ele estaria naquele momento sendo “conduzido ao beco sem saída da marginalização social e econômica”. (idem) Bosquioli buscava demonstrar aos seus pares como as prioridades das políticas do governo federal e de seus “tecnocratas”, se distanciavam das reais necessidades dos agropecuaristas.

De fato, a situação da agricultura já não era a mesma na década de 1980. Os recursos advindos do crédito rural a juros baixos e outros incentivos abundantes na década de 1970 escasseavam cada vez mais. Em meio à crise que afetava a economia brasileira, a pauta de reivindicações dos agropecuaristas junto ao Estado era crescente. Uma das exigências era a garantia de preço mínimo pra os produtos agrícolas.

Quando o governo Sarney anunciou que somente a reforma agrária poderia amenizar os problemas da agricultura e acabar com os conflitos e a violência no campo, apresentando o I PNRA (Plano Nacional de reforma Agrária), que resgatava do Estatuto da Terra a desapropriação como instrumento prioritário para viabilizá-la, provocou uma forte reação das elites agrárias a fim de impedir, através de seus organismos de classe, que esse projeto saísse do papel.

*Rapidamente, disseminou-se, nas associações e sindicatos patronais, a idéia de que, no contexto da democratização, seria possível uma profunda e radical transformação da estrutura fundiária. Ao mesmo tempo, difundia-se a certeza de inevitabilidade de uma verdadeira guerra no campo devido, sobretudo, a revitalização do movimento de ocupações de terras, à crescente importância das oposições sindicais que começaram a se articular através da Central Única dos trabalhadores (CUT) e à possível radicalização do movimento sindical dos trabalhadores rurais.(BRUNO, 1997:286);*

O I Plano Nacional de Reforma Agrária apresentado pelo governo federal foi recebido pelas entidades de classe dos latifundiários como uma “declaração de guerra”. Se a Nova República abrisse a perspectiva da redemocratização política para os setores progressistas da sociedade brasileira, para os latifundiários o momento significava a possibilidade de mudanças que não lhes interessavam.

Naquele momento de embate foi criada a UDR (União Democrática Ruralista) que na Assembléia Constituinte de 1988 consolidaria seu papel como defensora dos interesses dos ruralistas, principalmente pela atuação do deputado federal Ronaldo Caiado. A União

Democrática Ruralista se autodenomina como sendo “uma entidade de classe que se destina a reunir ruralistas e tem como princípio fundamental a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e do respeito às leis do país”.<sup>1</sup>

Porém, Regina Bruno afirma que:

*Apesar de ter nucleado na propriedade fundiária, a UDR não se constrói como um mero reflexo de reação ao PNRA. Ela é sem dúvida uma demonstração de habilidade política surgida de dentro do setor latifundiário. O significado principal da UDR, hoje, sobretudo, é político-ideológico: é a tentativa de construção de um projeto político e de uma organização da direita no Brasil. (BRUNO, 1997:61);*

Já a nível regional, papel significativo coube às entidades organizadas dos grandes proprietários rurais, com destaque para o Sindicato Rural Patronal de Cascavel e a Sociedade Rural do Oeste do Paraná que atuaram no sentido de construir consenso quanto à necessidade de preservação do direito de propriedade, de qualquer propriedade, enquanto os dirigentes de cooperativas pressionavam o governo por uma política agrícola favorável ao setor. Argumentavam que de nada valia uma nova política agrária sem uma melhor política agrícola.

Em Cascavel, Salazar Barreiros então Presidente da Cooperativa COOPAVEL, criticou o I Plano de Reforma Agrária e a política de preços e de juros do crédito agrícola do governo federal e afirmou que este deveria incentivar a produção e a comercialização, “pois do contrário os agricultores só tem a alternativa de venderem suas propriedades e procurarem os centros urbanos, eliminando a produtividade e aumentando o êxodo rural”.(Jornal Hoje, 1987: 14 - 20/02); Também o presidente da Sociedade Rural do Paraná, que representava a UDR no evento, criticou a política agrícola do governo federal.

No início do mês de julho de 1987, Ronaldo Caiado, presidente nacional da UDR esteve em Cascavel para liderar, organizar e unificar as ações das diferentes entidades patronais, convocando a “Marcha a Brasília”. Reunido com agropecuaristas, defendeu a livre iniciativa e principalmente o direito à propriedade privada, que deveria ser garantido na Assembléia Constituinte pela chamada Bancada Ruralista, que em 1986 já somavam 46 deputados<sup>2</sup> e colocou-se a disposição para “acolher” e defender, através da UDR, os

---

<sup>1</sup> A informação consta no site da entidade: [www.udr.org.br](http://www.udr.org.br)

<sup>2</sup> Jacy Miguel Scanagatta, Ex-prefeito, um dos sócios fundadores da SRO, foi deputado constituinte eleito em 1986. O DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – em sua publicação “Quem foi que na Constituinte” página 370 aponta que o deputado teve uma atuação conservadora, o que demonstrava sua ascendência política, pois pertenceu a ARENA. No primeiro turno, votou contra as principais propostas que garantiriam direitos aos trabalhadores. Marcante também foram suas ausências em votações importantes, principalmente no segundo turno. **Esteve ausente na votação da reforma agrária no primeiro turno, votando contra no segundo turno, conforme orientação da UDR.** Sua atuação recebeu nota 1,5 no primeiro turno e zero no segundo turno.

proprietários que tenham suas propriedades “invadidas”. Questionado, em entrevista ao jornal Hoje de Cascavel, sobre as ações do MST na região e mais especificamente sobre a ocupação de uma propriedade rural em Matelândia, destacou: “Nós não aceitamos esse comportamento desses agitadores, desses invasores profissionais. Não é por aí que se resolvem os problemas no campo, os problemas da reforma agrária no país”.

O jornal Hoje de Cascavel, apresentou Caiado como:

*...um homem que, pela sua desenvoltura e liderança, comporta com rara excepcionalidade, os dotes necessários para o comando de uma entidade como a UDR. Sem dúvida, ele expressa em todas as suas intervenções, os desejos e aspirações de todos os que compõem a União Democrática Ruralista. (HOJE, 1987: 04 – 10/07);*

A UDR Regional de Cascavel, presidida em 1987 por Dionísio Bosquirolli, que ocupara cargos diretivos tanto na SRO quanto no SRP, organizou eventos, jantares, atos públicos, onde reuniu os agropecuaristas e as suas entidades organizadas em municípios da região defendendo a importância da mobilização e organização de “classe produtora” em torno da UDR. Segundo ele, a organização dos agropecuaristas seria a demonstração de que estes estariam ingressando em um novo estágio de conscientização e que:

*à exemplo dos metalúrgicos e bancários que se unem em sindicatos para defender seus interesses, por que os produtores rurais não podem se organizar em torno de uma entidade na defesa do direito de continuar trabalhando e produzindo para sustentar o mercado interno e até para exportação, contribuindo desta forma para que o país supere a crise que afeta a todos? (BOSQUIROLLI, 1988:5);*

A auto-identificação dos agropecuaristas como produtores rurais tende a criar consenso de que seus problemas são comuns e que a reforma agrária representa uma ameaça a toda propriedade rural. A participação de pequenos agricultores e até mesmo de assalariados ou desempregados do campo na marcha a Brasília contra a reforma agrária é uma demonstração de como este discurso foi unificador e encontrou receptividade também entre os “excluídos da terra” na região.

As ações e a organização das entidades patronais, com participação cada vez mais efetiva e com vínculos cada vez mais sólidos com a UDR, ocorreram em meio a situações de conflito de terra como o caso da fazenda de propriedade da empresa de extração de madeira, a multinacional SOLIDOR, em Quedas do Iguaçu, em agosto de 1988.

Durante as votações em segundo turno na ANC, a UDR intensificou suas ações no sentido de direcionar a normatização referente à lei de Reforma Agrária. Representantes de

entidades rurais patronais deslocaram-se a Brasília para fortalecer o “lobby” junto aos deputados. Em Cascavel foi criada, em setembro de 1988, a UDR feminina, com o objetivo de auxiliar e fortalecer as ações da UDR na região “atuando num trabalho também de conscientização, de inclusive pequenos e médios proprietários rurais, sobre a importância da entidade, cuja imagem é incessantemente deturpada”.(STEFANI, 1988: 27- 02/09);

O discurso de que o projeto de reforma agrária em discussão na Assembléia Nacional Constituinte colocava em risco todas as propriedades, inclusive pequenas e médias era reforçado inclusive pelos líderes sindicais dos trabalhadores rurais da região e o temor de perderem seu “pequeno pedaço de terra” levou agricultores da região a apoiar as propostas da UDR e reforçar seu discurso.

Em 1988, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Toledo, Tilo Nodari, afirmou que concordava com a decisão da ANC de não desapropriar terras produtivas para fins de Reforma Agrária “uma vez que não seria justo desapropriarem terras produtivas num país que tem tanta terra sobrando, e que isto causaria muita preocupação no meio rural”.(O Paraná, 1988: 4);

Por outro lado, o líder do sindicato dos trabalhadores rurais de Cascavel, Ulisses Gotardo Perozzo entendia que a aprovação do projeto Reforma Agrária na ANC representava um retrocesso e que havia sido uma vitória apenas para a UDR ou os latifundiários.

*O retrocesso se dá a partir do momento que se sabe que pela constituição atual as propriedades produtivas que não cumprem com a sua função social são possíveis para a Reforma Agrária, e pelo texto aprovado para a Carta Magna, mesmo que a propriedade produtiva não cumprir com a função social não poderá ser desapropriada. (O PARANÁ, 1988: 4);*

O resultado da votação também agradou o Sindicato Rural Patronal e a Sociedade Rural que retomam o discurso em suas próprias entidades representativas. Nelson Menegatti afirmou que a aprovação do texto referente a reforma agrária atendia aos interesses dos produtores rurais. Disse também que a não aprovação do texto sobre a propriedade produtiva não causou surpresa. “Nós estávamos trabalhando intensamente para que a propriedade produtiva do meio rural fosse preservada na reforma agrária”.(idem);

O presidente da FAEP, Paulo Carneiro, na ocasião referiu-se ao tema dizendo que:

*a Assembléia Nacional Constituinte apenas colocou a reforma agrária em bases realistas e racionais e em conformidade com a realidade do país, e que desapropriar áreas produtivas apenas porque ela não estaria atendendo a sua função social seria um contra-senso.(idem)*



A vitória dos latifundiários, que viabilizaram, naquele momento, o seu projeto de reforma agrária, não ocorreu apenas pela sua capacidade de organização e de pressão, mas também, pela sua capacidade em criar o consenso de que a propriedade privada deveria manter-se intocada, apesar de não conseguirem impedir a obrigatoriedade jurídica do cumprimento de sua “função social”. Isso ocorreu, em parte, pelo fato de pequenos e médios agricultores terem sido convencidos de que também estariam “ameaçadas” as suas propriedades ou ainda pela ingênua crença de que toda propriedade estava ameaçada. Também conseguiram desvirtuar os conceitos de latifúndio produtivo e improdutivo, atrelando-os a incapacidade de fazer a terra produzir por falta de incentivos do governo para investimento em tecnologias que pudessem “aumentar a produtividade do solo”.

No processo de elaboração da Constituição de 1988 ficou evidente a atuação persuasiva dos grandes proprietários rurais a fim de impedir a aprovação do projeto de reforma agrária, principalmente através da UDR, que naquele momento se constitui como sua porta voz. Vitoriosa garantiu que o regime de propriedade não fosse alterado.

Mas, se os latifundiários comemoraram as conquistas da nova lei, não ficariam tranquilos por muito tempo. A organização e o fortalecimento dos movimentos sociais ligados à luta pela terra, a partir da década de 1990, engendraram na realidade regional uma nova configuração das relações de poder onde o forte embate travado entre grupos com projetos sociais antagônicos tem colocado em questão a hegemonia dos grandes proprietários rurais e agora do agronegócio.

#### **BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS:**

BRENNENSEIN, Eliane Cardoso. *Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais*. São Paulo: Annablume, 2004.

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos* Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DIAP. *Quem foi que na Constituinte*. São Paulo: Ed. Cortez, 1988.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A organização das cooperativas brasileiras e a nova hegemonia ruralista no Brasil*. PPGH-UFF.

MENDONÇA, Sonia. *A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da Organização das Cooperativas Brasileiras à Associação Brasileira de Agribusiness*. Antítese, Goiânia: n. 2, 2006.

\_\_\_\_\_. *A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária - natureza e comportamento 1964 – 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPERANÇA, Alceu. *Cascavel 50 – Livro Ouro*. Cascavel: Secretarias de Educação, da Comunicação social e da Cultura. 2002.

\_\_\_\_\_. *Cascavel: A História*. Curitiba: Lagarto, 1992.

STEDILE, João Pedro. (org). *Programas de Reforma Agrária: 1964 – 2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

#### **FONTES DE IMPRENSA:**

Jornal Hoje, 21 a 27 de novembro de 1981.

Jornal Hoje, 14 a 20 de fevereiro de 1987.

Jornal Hoje, 04 a 10 de julho de 1987.

Jornal Hoje, 06 a 12 de agosto de 1988.

Jornal Hoje, 27 de agosto a 02 de setembro de 1988.

Jornal O Paraná, 12 de maio de 1988.

[www.udr.org.br](http://www.udr.org.br) (acessado em 18 de janeiro de 2009).

[www.Vejaonline.com.br](http://www.Vejaonline.com.br) de 19 de junho de 1985 (acessado em 18 de janeiro de 2009).